

"Os EUA querem que países perdoem a dívida do Iraque, mas rejeitam a reestruturação das dívidas de outros países."

Joseph Stiglitz, Prêmio Nobel de Economia 2001, ontem, ao apontar em Paris a contradição dos EUA em relação à questão da dívida iraquiana.

Boom social sustentável



MARCELO
CÔRTEZ
NERI

O Brasil experimentou na sua história recente algumas bolhas de consumo, resultado da agregação de miseráveis ao mercado consumidor. Os melhores exemplos deste tipo de fenômeno são encontrados na aplicação de planos de estabilização heterodoxos como aquele ocorrido em 1986, após a implementação do plano Cruzado.

Neste episódio, a adoção de políticas de renda possibilitou alguns de nossos indianos a adotar padrões consumistas belgas. A euforia do Cruzado foi fugaz pois a mudança na distribuição dos fluxos de renda observada não encontrou eco nos estoques de riqueza. Em outras palavras, as mudanças de rendimentos dos miseráveis não foram acompanhadas de mudanças no seu capital produtivo, revelando-se insustentáveis.

Além de movimentos distributivos em direção a indivíduos mais pobres com maior propensão ao consumo, observamos em 1986 conversão de parcelas do estoque de riqueza previamente acumulado em consumo, e a expansão do crédito direto ao consumidor. Como a capacidade de produção da economia brasilei-

ra não foi alterada, pela rapidez e pelo artificialismo com que as mudanças na distribuição dos fluxos de renda aconteceram, houve estrangulamentos produtivos, não acompanhados por correspondente aceleração de investimentos. A balança de pagamentos também apresentou problemas, gerando a moratória brasileira de 1987, o que compromete até hoje o nosso desempenho macroeconômico, pelos altos prêmios de riscos internacionais impostos ao país.

Excesso de demanda e estabilização macroeconômica definitivamente não combinam. Inspirado no fracasso do Cruzado, o plano Collor circunscreveu esta possibilidade, seqüestrando em 1990 os ativos financeiros das pessoas, físicas e jurídicas. O resultado final desta invasão microeconômica com objetivos macroeconômicos foi a maior recessão da história estatisticamente documentada brasileira, e a conquista de alguns pontos a mais no prêmio de risco do país prejudiciais a todos os tipos de investimento produtivo.

Bolhas de consumo dos miseráveis já houveram várias, aí incluindo a própria lua de mel com o plano Real, agora booms de investimento dos produtores pobres ainda é coisa inédita neste país. Se o Brasil quiser atacar a inércia da sua desigualdade terá que intensificar a redistribuição de riqueza. Agora não basta redistribuir riqueza, é preciso que esta riqueza tenha rentabilidade na mão dos pobres de hoje. Revoluções socialistas, capitalistas, ou co-

loridas podem ser eficazes na promoção de rápidas mudanças de mãos do estoque de riqueza mas não em promover a rentabilidade privada deste capital. É preciso facilitar a conversão de retornos prospectivos em investimento corrente. Esta mediação entre fluxos de renda e estoques de riqueza, e vice-versa, é feita por intermédio de um mercado de crédito dinâmico que permita aos miseráveis aproveitar as oportunidades de investimento a eles disponíveis. Parodiando Mário Covas, é preciso de um choque de capitalismo nos pobres brasileiros, e o centro do capitalismo é sem dúvida o mercado de crédito.

O volume de crédito privado brasileiro é insuficiente na quantidade (23% do PIB) e na qualidade, visando mais o consumidor do que o produtor; é mais de curto do que de longo prazo; atinge mais a alta do que a baixa renda. Neste sentido a reativação de crédito subsidiado a título de política industrial que está sendo discutida no momento é preocupante, por fazer uma redistribuição de renda às avessas do tipo Robin Hood. Isto é, retira-se recursos públicos que poderiam subsidiar investimentos sociais focalizados nos miseráveis e os entrega, mais uma vez, às mãos de grandes produtores. Esta neo-substituição de importações nos remete ao período em que o Brasil deixou de ser um país atrasado e desigual para se tornar um país menos atrasado, mas igualmente desigual. Sendo que não existe garantia de

que o bolo vá crescer agora. À taxa de juros de hoje, ela tem tudo para ser a euforia dos rentistas financeiros.

Se o objetivo é apoiar produtores, porque não eleger os segmentos pobres onde as falhas de mercado, que deveriam dar sustentação as decisões de intervenção do estado, são visíveis a olho nu? O que precisamos agora é menos uma política industrial, e mais uma política de serviços, este sim o principal setor empregador de mão de obra no país.

Uma resposta comumente apresentada à questão de porque não se volta a política

Bolhas de consumo dos miseráveis já houve várias neste país, mas, booms de investimento dos produtores nancos é coisa inédita

creditícia de cunho desenvolvimentista aos produtores pobres, é o desconhecimento deste segmento. Entretanto, existem bases de dados que permitem uma visão informada deste segmento, senão vejamos. 50.000 conta-próprios e empregadores até cinco empregados foram entrevistados pelo IBGE nas áreas urbanas brasileiras em 1997. O IBGE esteve no ano passado para realizar uma nova edição desta pesquisa mas não o fez por restrições orçamentárias. O financiamento de uma pesquisa como esta seria um investimento

socialmente mais rentável do que os subsídios aos grandes produtores, agora em discussão.

A análise da cauda inferior dos produtores revela que a concentração de dívida entre os 10% mais altos valores é 98,5% contra 60,8% no caso do faturamento e 59,4% no caso do lucro. Mesmo quando nos restringimos aos empresários nancos, a desigualdade no acesso a crédito é gritante, em particular pela total ausência de acesso a crédito da maior parte deste segmento. Apenas 17,4% dos nanoempresários urbanos brasileiros declararam ter dívidas financeiras. O lucro dos pequenos produtores com e sem acesso a crédito, e características observáveis iguais, é favorável aos primeiros. A partir deste tipo de exercício é impossível, tal como na história do ovo e da galinha, se determinar relações de causalidade entre lucro e acesso a crédito ou as razões da crônica escassez do crédito dos pobres brasileiros, em particular dos brasileiros pobres. Agora não é preciso de nenhuma ciência exata para se determinar as causas do que Cláudio Vega, chamou de "mistério brasileiro": por que o crédito produtivo popular pouco se desenvolveu nesse país? A resposta dominante até agora tem sido falta de vontade política.

Marcelo Côrtes Neri, chefe do Centro de Políticas Sociais do IBRE/FGV e professor da EPGE/FGV, escreve quinzenalmente às terças-feiras. E-mail: mcneri@fgv.br